

PAN-AFRICANISMO: POLÍTICA, LIBERTAÇÃO E GOLPES DE ESTADO

DOI: 10.5935/2177-6644.20160010

PAN-AFRICANISM: POLITICS,
LIBERATION AND STATEWATCHES

PAN-AFRICANISMO: POLÍTICA,
LIBERACIÓN Y GOLPES DE ESTADO

Márcio Luis Paim *

Resumo: O objetivo desse artigo é apresentar elementos históricos da formação do pan-africanismo, demonstrando suas vertentes políticas, sua influência no processo de descolonização da África, assim como a eliminação do projeto da unidade pan-africana por meio de golpes de estado.

Palavras-Chaves: África. Pan-Africanismo. Descolonização africana.

Abstract: The aim of this article is to present historical elements of the formation of Pan-Africanism, demonstrating the influence of its political aspects in the process of decolonization of Africa, as well as to understand the relation between the independences and the one-party dictatorships in contemporary Africa

Key Words: Africa. Pan-Africanism. African decolonization.

Resumen: El objetivo de este artículo es presentar elementos históricos de la formación del pan-africanismo, demostrando sus vertientes políticas, su influencia en el proceso de descolonización de África, así como la eliminación del proyecto de la unidad panafricana por medio de golpes de estado.

Palabras clave: África. Pan-africanismo. Descolonización africana.

* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Mestre pelo Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia – CEAO/UFBA. E-mail: mrciopm283@gmail.com

Pan-Africanismo: origem

Antes de dar início à narrativa do surgimento da ideologia Pan-africana duas observações devem ser feitas. A primeira refere-se à semântica. Embora a nomenclatura Pan-africanismo, à primeira vista, deixe implícita uma relação estreita com o continente africano, cabe ressaltar que essa ideologia tem origem nos países da América anglófona (DRACENE, 1962, p.13). A segunda é que a ideologia Pan-africana pode ser entendida ou abordada sob duas perspectivas. Uma, como projeto de libertação – que será tratado nesse artigo – e a outra, como projeto de integração. Dessa maneira, para o entendimento do Pan-africanismo como ideologia de libertação, torna-se imprescindível a compreensão do contexto no qual essa corrente teórica surgiu e como suas vertentes políticas foram consolidadas.

Antes da formação do movimento Pan-africano como movimento político, o Pan-africanismo nasceu da oposição aos tráficores escravistas nas Américas, Ásia e Europa, onde foram materializados os experimentos psicológicos e sociais que fizeram surgir protestos e revoltas de cunho internacional, reivindicando a libertação dos africanos escravizados, bem como, a liberdade e a igualdade das populações africanas no estrangeiro (HARRIS, 2010, p.861). No seu início, o Pan-africanismo era apenas uma reduzida manifestação de solidariedade, restrita às populações de ascendência africana das Antilhas Britânicas e dos Estados Unidos. Logo, é importante ressaltar que até a primeira reunião Pan-Africana a denominação “Pan-Africanismo” não havia sido inserida no vocabulário de contestação racial, ficando a reunião identificada como *Conferência dos povos de cor*, idealizada por Henry Silvester Williams em 1890.

Silvester Williams (1869-1911) nasceu em Trinidad Tobago, graduou-se em Direito e especializou-se em questões agrárias no fórum inglês, onde teve a possibilidade de estabelecer estreitas relações com as populações do oeste africano de colonização inglesa, tornando-se uma espécie de conselheiro jurídico desses povos. Antes de viajar para África do Sul, Williams foi responsável pela fundação da *Associação africana* para promoção e proteção dos interesses de todas as pessoas de ascendência africana. Como conselheiro jurídico, aconselhou chefes *bantus*¹ na África meridional, cujas terras eram

¹ Vocábulo que pode ser usado nas formas flexionadas “banto, a, o, os” ou “bantu”, sem flexões, e que designa um dos membros da família etnolinguística à qual pertenciam, entre outros, os escravos no Brasil chamados angolas, Congos, cabindas, benguelas, moçambiques e etc. (Cf. LOPES, 2004, p.98).

alvo do interesse dos colonizadores *bôers*.² Da mesma forma, auxiliou no aconselhamento dos chefes *Fantis*,³ cujas terras os ingleses objetivavam transformar em propriedade da coroa britânica.

Coube ainda a Henry Silvester Williams, em 1900, a iniciativa da organização, em *Westminster Hall*, Londres, da primeira *Conferência dos povos de cor* que tinha como objetivo reivindicar o açambarcamento por parte dos países europeus das terras consuetudinárias das populações africanas. De acordo com as informações fornecidas por William Bugart Du Bois, contemporâneo e seguidor de Silvester Williams, a reunião de Londres foi importante porque colocou pela primeira vez em moda a palavra *pan-africanismo*.

Frise-se que, apesar do espaço ocupado por Henry Silvester Williams na construção da ideologia pan-africana, ele não foi o único protagonista neste cenário, devendo-se considerar uma ampla lista de defensores. Contudo, por ser uma lista de difícil reconstrução, credita-se ao trinitense o papel precursor de uma das ideologias centrais para a descolonização do continente africano.

Pan-africanismo e suas vertentes políticas: Du Bois e o Pan-africanismo educacional

William Edward Burghardt (1868-1963), primeiro afro-americano a receber um título de doutor no contexto segregacionista do início do século XX, contribuiu de forma significativa para evolução e consolidação da ideia de unidade pan-africana.

Sua prolixa vida acadêmica tem início com a publicação de *Suppression of the african slave trade* (a supressão do comércio escravista africano nos Estados Unidos), obra na qual Du Bois traça um panorama do comércio de escravos nos Estados Unidos. Du Bois também foi responsável pelo primeiro estudo de sociologia realizado por afro-americano com a publicação de sua obra *O negro de Filadélfia: um estudo racial*, publicada pela primeira vez em 1899 e depois republicada em 1967, quatro anos após a sua morte. Seu principal livro, *Almas da gente negra*, publicado em 1903 e depois em 1999, foi considerado um divisor de águas no posicionamento político de Du Bois ao romper com seu antigo aliado Booker Tylor Washington que na interpretação de Du Bois advogava

² Semântica pela qual eram designados os colonizadores holandeses na África do sul: (M'BOKOLO, 2011, p.298).

³ Povo de fala *Akan*, localizado na região litorânea central da atual República de Gana. Vindos do norte para o seu sítio atual a partir do século XIV, seus diversos clãs, unificados, aí fundaram Mankessim, a grande cidade (Cf. LOPES, 2004, p.270).

uma posição de acomodação frente ao segregacionismo direcionado a comunidade afro-americana (FINCH; NASCIMENTO, 2009, p.47).

Fundador do movimento Niágara, organização que antecedeu a criação da Associação Nacional para o avanço das pessoas de cor (NAACP), Du Bois foi responsável pela fundação da Liga Urbana Nacional e até 1934, editor da revista *Crisis*, da NAACP. Com o passar do tempo, sua radicalização política obrigou-o a afastar-se da liderança da NAACP (FINCH; NASCIMENTO, 2009, p.47). A conjuntura política pós-abolição exerceu influência marcante na definição da concepção Pan-africana de Du Bois. Antes de ter fim à guerra de secessão, precisamente, no dia 31 de janeiro de 1865, os senadores estadunidenses votaram a 13ª emenda responsável por “abolir” a escravidão nos Estados Unidos. Em seguida, entre 1866 e 1870, foram aprovadas a 14ª e a 15ª emendas que impuseram para os afro-americanos os mesmos direitos que os outros cidadãos dos Estados Unidos (DRACENE, 1962, p.14).

Embora, juridicamente e independente de suas epidermes os cidadãos americanos fossem iguais perante a lei, na prática o abismo social, no contexto mencionado, tornara-se intransponível. Sem acesso à educação, os antigos escravos – considerados ignorantes pela elite branca segregacionista – foram “impedidos” por todos os meios e artifícios legais de se manterem próximos da vida política. A “cláusula do avô”, que mantinha longe das eleições os negros analfabetos, foi um exemplo ilustre dos obstáculos confrontados pelos negros afro-americanos.

Neste contexto, destaca-se Du Bois, considerado um dos pais do pan-africanismo, via a educação formal como um instrumento de viabilização da ideologia pan-africana. Para ele, adquirir conhecimentos acerca da história, cultura e ancestralidade africana é o principal meio de organização da comunidade afro-americana. Hoje, credita-se a Du Bois, além da consolidação do pan-africanismo, a abertura da primeira vertente pan-africana: o *pan-africanismo educacional* (DRACENE, 1962, p.14).

Booker T. Washington e o Pan-africanismo econômico

Da mesma forma que Du Bois, Booker Tagliaferro Washington (1856-1915) foi contemporâneo de Henry Silvester Williams, compondo o conjunto dos percussores do pan-africanismo. Nascido escravo no estado da Virgínia, T. Washington (cujo primeiro nome era o do seu senhor), posteriormente, viria a se tornar educador e um dos

expoentes da visão pan-africanista. Tendo iniciado seus estudos em uma época tardia no *Hampton Institute*, lá recebeu o diploma de professor. Como Educador, foi responsável pela fundação do *Tuskegee Institute*, que se transformou em um importante centro comunitário, disponibilizando cursos para pastores, professores, fazendeiros, empresários entre outras funções e atividades (LOPES, 2004, p.682).

Na visão de T.Washington, a oferta de cursos e atividades - considerando o contexto de inserção capitalista ao quais os antigos escravos estavam submetidos - seria uma das estratégias para a união, o aprimoramento e a melhoria da comunidade afro-americana. Comparado à longa produção acadêmica de Du Bois, produziu poucas obras, mas não menos importantes do que os escritos de Du Bois. *The future of the american negro* (1899), *Up from slavery* (1901) e *Tuskegee and its people* (1905) são exemplos de alguns dos escritos que contribuíram para a consolidação do ideal de unidade pan-africana (LOPES, 2004, p.682).

A vertente do pan-africanismo creditada a T. Washington, conhecida como *pan-africanismo econômico*, tinha como base a inserção do negro na sociedade capitalista, pós-escravista, embasada no tripé “propriedade material, respeitabilidade social e instrução industrial” para os negros. Na abordagem de T. Washington, a conscientização racial desses indivíduos - que constituía a maior parte da mão de obra industrial - contribuiria para sua identificação como grupo social com demandas específicas no enfrentamento do capitalismo. Para ele, essa era a estratégia mais apropriada pra se chegar à ascensão econômica dos afro-americanos, e, finalmente, alcançar à unidade pan-africana.

A estratégia advogada por Washington foi alvo de contestações por parte de diversas organizações do movimento negro afro-americano, precisamente, da NAACP de Du Bois que considerava a *filosofia Tuskegee* subserviente e inerte. Por outro lado, os membros da organização de T.Washington, ironizavam as ações da NAACP como uma forma de atuação que objetivava a manutenção e a preservação da reduzida elite negra traduzindo as duas últimas letras da sigla NAACP, que significa *Associação para o Avanço das Pessoas de Cor*, para *Associação para o Avanço de Certas Pessoas* como forma de atingir Du Bois.

O Pan-africanismo religioso: Edward Wilmot Blyden

Edward Wilmot Blyden (1832-1912) nasceu em Saint-Thomas, Pequenas Antilhas (Ilhas Virgens). Na transição entre sua infância e adolescência, Blyden decidiu se tornar

padre, emigrando para os Estados Unidos em 1850 para ver o seu sonho frustrado ao ter sua admissão recusada em uma escola teológica de nível superior por causa de sua cor. Tendo confrontado de maneira precoce o segregacionismo estadunidense, a recusa de Blyden serviu como estímulo para uma mudança radical em seu posicionamento político (LOPES, 2004, p.126).

Após ser recusado nos Estados Unidos, em 1851, Blyden migrou para a Libéria, país africano que alcançou sua independência em 1847, dando prosseguimento em seus estudos no *Alexander High School* (Monróvia), onde foi diplomado em Teologia e ordenado ministro presbiteriano. Como educador, Blyden foi nomeado professor (1862) de clássicos no recém-inaugurado *Liberia College*, atuando até 1871. Exceto a sua formação na escola de nível superior *Alexander High School*, Blyden tornou-se autodidata nas áreas de conhecimento da linguística, história, sociologia e teologia, acumulando, além de suas atividades de professor, posteriormente, o cargo de secretário de estado da Libéria recém-independente.⁴

Na Libéria, entre 1874 e 1885, Edward Blyden ocupou uma variedade de altos cargos governamentais. Depois desse período, compartilhou seu tempo e suas atividades entre a Libéria e as colônias britânicas, Serra Leoa e Lagos, onde atuou (1896-1897) como representante do governo inglês para assuntos indígenas. Como jornalista, Blyden deu importante contribuição ao escrever cotidianamente para um dos mais antigos jornais propagadores do nacionalismo nigeriano, o *Lagos Weekly Record*. Na capital de Serra Leoa (Freetown) Edward auxiliou na criação (1884) do *Serra Leoa News* com o objetivo, segundo ele: “de servir aos interesses da África ocidental e da raça em geral”.⁵

Da mesma maneira, ele ajudou a fundar e editar o *Freetown Reporter West African* (Freetown Repórter da África Ocidental) entre 1874-1872, com a finalidade de colocar em prática a ideologia da unidade *pan-africana* ao afirmar que: “o objetivo era forjar um vínculo com os africanos ocidentais que falam inglês”.⁶ Nutrindo simpatia pelo islamismo e decepcionado com as ações e atitudes dos missionários cristãos em 1886, na Libéria, Blyden pediu sua demissão da igreja presbiteriana, tornando-se diretor de educação mulçumana entre 1901-1906 com o objetivo de estreitar os complexos laços entre as comunidades africanas cristãs e mulçumanas na África ocidental.⁷

⁴ <http://www.bu.edu/missiology/missionary-biography/a-c/blyden-edward-wilmot-1832-1912/>

⁵ <http://biography.yourdictionary.com/edward-wilmot-blyden>

⁶ <http://www.bu.edu/missiology/missionary-biography/a-c/blyden-edward-wilmot-1832-1912/>

⁷ <http://biography.yourdictionary.com/edward-wilmot-blyden>

Como Du Bois, Blyden produziu inúmeros escritos que consolidaram o pensamento pan-africano sendo que *Christianity, Islam and the Negro Race*, publicado em 1887, estabelece a religião como estratégia organizacional da comunidade africana e da diáspora. Entusiasta da igualdade da raça negra em relação às outras raças, ou seja, “todos são filhos de Deus”, Blyden foi partidário da fundação de um estado moderno que pudesse aglutinar, dar proteção e promover os interesses das populações africanas e da diáspora. Sua crença na unidade cristã dá a Blyden, assim como ao rastafarianismo, a responsabilidade da fundação e consolidação do *Pan-africanismo religioso*.⁸

Marcus Garvey: universalização e radicalização da unidade pan-africana

Antes de discorrer sobre a vida, obra e pensamento do mais destacado teórico pan-africano, duas observações devem ser feitas. A primeira, é que há um consenso entre os teóricos pan-africanistas, até aqui mencionados, sobre a necessidade de criação de um estado que pudesse aglutinar as comunidades africanas e diaspóricas no sentido de proporcionar o fortalecimento dos vínculos de ancestralidade e melhoria das condições de vida no âmbito internacional. Os desacordos dizem respeito às estratégias. Exceto Silvester Williams, o percussor da ideologia pan-africana, cada pensador optou por estratégias que, nos seus respectivos contextos, melhor pavimentariam o caminho para unidade pan-africana.

Du Bois apostou na educação, T. Washington apropriou-se da economia, Blyden optou pela religião, Nkruma e Padmore tentaram o socialismo, porém todos eles, a partir de suas análises conjunturais, forneceram contribuições para evolução do pensamento pan-africano no século XX. Essas estratégias apresentam-se como primeiro passo para o entendimento da proeminência de Marcus Garvey e da universalização do seu pensamento, pois ele conseguiu reunir em um único projeto todas as abordagens anteriores. Garvey falará de um projeto universal, que pudesse reunir política, educação, economia, religião, cultura, militarismo com o objetivo de construir os Estados Unidos da África. Dessa maneira, coube a Marcus Garvey a expansão, universalização e radicalização do projeto pan-africano.

A segunda observação diz respeito ao fato de Garvey representar um divisor de águas no pensamento pan-africanista. Nele encerra-se a fase pioneira da edificação da

⁸<http://biography.yourdictionary.com/edward-wilmot-blyden>

ideologia pan-africana (1940) ao mesmo tempo em que inaugura a fase de execução desse projeto (GARVEY, 1963\1968). Por esse motivo, o pensamento garveista é considerado o momento de maior maturidade do pan-africanismo no século XX.

Marcus Mosiah Garvey (1887-1940) nasceu na Jamaica, no distrito de Saint Ann's Bay – mesma localidade onde nasceria Bob Marley cinquenta e oito anos mais tarde, em 1945 – e faleceu em Londres, exilado, em 10 de Junho de 1940 (LOPES, 2004, p.295). Visionário, excelente orador, político e empresário, na infância, frequentou a escola infantil do lugar onde nasceu, sendo considerado um aluno exemplar. Paralelo à educação escolar, Garvey recebeu instrução particular do seu padrinho Alfred Burrowes que naquele contexto era proprietário de uma gráfica. Logo, Garvey tornou-se aprendiz de tipógrafo.⁹

Do pai, assim como do padrinho, Garvey herdou o amor pelos livros, pois ambos era possuidores de excelentes bibliotecas. Foi a partir da biblioteca e da oficina que Garvey familiarizou-se com a política ao manter contato com pessoas que as frequentavam. Marcado por uma experiência racista – Garvey foi proibido de manter contato, através de cartas, com uma vizinha “branca” que havia sido enviada para Inglaterra por que sua família considerava-o *nigger*¹⁰ - Garvey percebeu a “linha demarcatória” que estabelecia a cisão entre negros e brancos na sociedade jamaicana. Em 1906, deixou o distrito onde nasceu em direção a Kingston (capital da Jamaica) com o objetivo de melhorar de vida. Sua experiência na tipografia do padrinho abriu caminho para que pudesse iniciar sua vida em Kingston trabalhando com um parente materno e posteriormente na empresa *P.A. Benjamin Limited* na secção de composição de impressão. Dessa maneira, em 1907, tornou-se excelente impressor e contra mestre (LOPES, 2004, p.295).

No ano seguinte, 1908, os empregados da empresa onde Garvey trabalhava deram início a uma greve onde Garvey obteve sua primeira experiência político-sindical ao aderir ao movimento de paralisação, mesmo recebendo proposta de aumento salarial, caso “furasse” a greve. Sua participação no movimento, além de render a perda de seu emprego, colocou em uma lista de “grevistas” que dali para frente ficariam impedidos de conseguir emprego em qualquer instituição tipográfica particular. É nesse contexto que pode ser percebida a radicalização da vida política de Marcus Garvey. Migrando para os

⁹ <http://www.theunia-acl.com/index.php/marcus-garvey-1887-1940>

¹⁰ Vocábulo correspondente ao crioulo no Brasil. Usado por brancos em relação a negros de maneira altamente ofensiva (Cf. LOPES, 2004, p.479).

Estados Unidos, depois de passar por vários países da América Central e do Sul, onde percebeu as péssimas condições de trabalho as quais os negros estavam inseridos, Garvey inicia a construção das bases da Universal Negro Improvement Association, UNIA (LOPES, 2004, p.295), entidade que aglutinou cerca de 6 milhões de associados.

Com o propósito de constituir os Estados Unidos da África, Garvey advogou o retorno para África dos africanos e seus descendentes, nesse sentido ele organizou a *Black Star Line*, uma empresa de navios a vapor para repatriar as pessoas de ascendência africana de todas as partes do mundo para África. Em 1916, transferiu a UNIA para os Estados Unidos, onde organizou o jornal semanal *The negro World*, instrumento para a difusão das ideias pan-africanas. A década de 1920 consolida definitivamente o movimento garveista – Em 1920, a UNIA organizaria seu primeiro congresso nacional – e devido a suas atividades e organização política, Garvey é preso sob acusação, infundada, de uso indevido dos correios. Por esse motivo Garvey seria deportado para Jamaica sob a acusação de fraude fiscal (JAMES, 2000, p.349).

Depois de retornar a Jamaica, politicamente fragilizado, Garvey exilou-se em Londres, de onde condenou a omissão de Hailê Selassiê frente à invasão da Etiópia pelo exército italiano. Sua oposição a Selassiê ocasionou o afastamento de muitos de seus seguidores. Em 10 de Junho de 1940, Garvey faleceu na Inglaterra no ostracismo, de maneira que, só em 1964, seus restos mortais foram transportados para a Jamaica e sua memória reconduzida como um exemplar herói nacional (LOPES, 2004, p.294).

Um fato chama atenção na vida política de Marcus Garvey. Ele nunca pôs os pés na África e não falava nenhuma língua africana. Garvey conseguiu levar as populações africanas e da diáspora a ideia de que o continente africano, já no início do século XX, fora a origem e o lar de uma civilização grandiosa e voltaria a sê-lo novamente. Quando se considera a ausência de recursos que Garvey confrontava, as forças materiais que tentavam pulverizá-lo, suas atitudes e posicionamentos passam a compor o conjunto dos milagres propagandísticos do século XX (JAMES, 2000, p.350).

O pensamento garveísta ecoou no interior do continente africano. Um exemplo do alcance de seu pensamento foi o que, em certa ocasião, comentou com Ammy Jacques Garvey (esposa de Garvey) que conhecia apenas o nome de dois homens no ocidente. O de Jack Johnson – boxeador que havia derrotado o branco Jim Jeffries, e o de Marcus Garvey. Jomo Kenyatta (LOPES, 2004, p.295) em conversa pessoal com

Cyril Lionel Robert James¹¹ afirmou que na década de vinte do século passado, os nacionalistas, não sabendo ler, se reuniam ao redor de um leitor do jornal de Garvey e ouviam a leitura do artigo uma, duas ou até três vezes, em seguida, adentravam a floresta para repetir com cuidado o que haviam memorizado para os outros africanos ansiosos por uma ideologia que servisse como justificativa para libertação de suas consciências da prisão colonial em que encontravam-se submetidos (JAMES, 2000, p.350).

Kawame NKruma, o primeiro ministro da Costa do Ouro independente (atual Gana), na época em que era estudante de pós-graduação de História e Filosofia em duas universidades dos Estados Unidos confessou que, de todos os autores a que teve acesso e que influenciaram em sua formação política, Marcus Garvey ocupava o primeiro lugar. Garvey tinha plena convicção de que a luta das populações africanas e da diáspora era marginalizada e tratada com desdém. Em pouco mais de cinco anos, Garvey conseguiu êxito ao colocar essa luta no centro da visibilidade política internacional (JAMES, 2000, p.350).

Rastafarianismo e a difusão do pan-africanismo religioso

Embora Edward Wilmot Blyden tenha ocupado lugar de destaque na evolução do pensamento pan-africano ao apontarem a religião como um caminho para a organização da unidade, a religião, como uma estratégia de organização, só viria a ganhar reconhecimento internacional anos mais tarde, após a morte de Marcus Garvey (1940) com a criação da ideologia do *rastafarianismo* por antigos membros do movimento garveista. A religião rastafári tem sua origem após a dispersão do movimento garveista em 1940. Sua nomenclatura (ras, que significa príncipe) tem a finalidade de homenagear *Tafari Makonen* que após a sua coroação em 1932, recebeu o título de primeiro imperador da Etiópia Hailê Selassiê (LOPES, 2004, p.559).

O surgimento da religião rastafári não pode ser compreendido dissociado da perspectiva histórica. Nesse sentido, há que se ater a dois momentos: o primeiro, anterior à era cristã com a ascensão do estado de *Axum* (ANFRAY, 2010, p.430-452) e o segundo com o contexto do período entre as duas guerras no século XX. Vamos ao primeiro. *Axum* é o nome antigo do atual país africano Etiópia e serve como referencial ao entendimento da origem da religião. De todos os países do continente africano no

¹¹ Autor do livro “Jacobinos negros”, publicado no Brasil em 2000.

contexto da neocolonização e partilha da África, a Etiópia foi o único espaço que se preservou das investidas escravistas e neocoloniais. Dessa maneira a Etiópia constituiu-se como referencial de resistência para continente africano (LOPES, 2004, p.559).

A religião rastafári (WHITE, 2008) apropria-se da história antiga da África para afirmar que Menelik I, segundo informações bíblicas, fundador do antigo estado africano, seria primogênito da rainha de Sabá, etnicamente pertencente ao povo Sabeu e descendente direta de *Sheba* (ou *Seba*), netos de *Cam* e bisneta de Noé. Sabá é conhecida bíblicamente como Makeda ou Judite, além de ser a esposa do rei Davi. É dessa relação entre a África e o Oriente Médio que se originará a descendência salomônica na África que se estenderá do século IV, antes da era Cristã, até 1932, ano que Hailé Selassié será coroado.¹² Selassié, dessa maneira, representa o ducentésimo, vigésimo sexto rei da descendência salomônica (WHITE, 2008).

A história dessa linhagem será reapropriada na contemporaneidade com advento do projeto garveista, precisamente, após a sua morte, por membros do seu antigo movimento, dispersos por todo território jamaicano. O pan-africanismo garveista, a partir de uma visão negra, passou a reinterpretar os acontecimentos históricos de maneira a elevar a auto-estima da comunidade africana em nível planetário. A bíblia foi reinterpretada por Marcus Garvey de forma a anunciar que os etíopes eram o povo escolhido por Deus em oposição à babilônia, entendida por Garvey como a perversão e a decadência do mundo euro-ocidental. Garvey, no âmbito visionário, anunciava a chegada de um messias etíope que socorreria o povo negro e os auxiliaria no retorno para o continente africano (LOPES, 2004, p.559-560).

Quando Selassié – também designado “leão de Judá” - foi coroado rei nos anos trinta do século passado, muitos seguidores do movimento garveista tiveram a certeza de que a profecia de Garvey que pregava: “Eis que o leão da tribo de Judá, a raiz de Davi, venceu para abrir o livro e seus sete selos”, havia sido confirmada. A partir dessa afirmação, Hailê Selassié teve sua imagem associada a Deus, sendo encarado pelos antigos seguidores garveistas que haviam criado um sistema religioso e filosófico o qual se autodenominavam: *rastafaris* (CHEVANNES, 1994), como seu representante na terra. Entre a morte de Garvey (1940) e os anos 80 do século passado o rastafarianismo se difundiu pelas regiões mais pobres de Kingston, tendo o líder religioso *Leonard Howell*,

¹² Kebra Nagast: a glória dos reis (a verdadeira arca da aliança).

que havia vivido em Gana com os *Axanti*,¹³ fundado no bispado de *Saint Thomas* uma comunidade rastafári denominada *The Pinnacle* (o auge) (LOPES, 2004, p.559-560).

A introdução de ritmos e dos cânticos da tradição oral jamaicana (Kamina) e sua expansão, além de consolidar a religião rastafari e a Howell como liderança central do movimento, ressignificaria a mesma, ao inserir as cores vermelha, amarelo, verde e preto, (que naquele contexto passou a simbolizar a libertação africana que se iniciara em Gana em 1957) em seus tambores. Esses tambores denominados como *burru set*, juntamente com o cencerro, pandeiros e reco-recos completam a orquestra que marca a base do ritmo denominado *nyabinghi* (LOPES, 2004, p.559-560). Como regras da religião, os rastafaris advogam a paz e a busca da virtude em qualquer circunstância.

Como justificativa para não cortar os cabelos e conservá-los em tranças como parte de seus tabus religiosos, bem como, forma de assemelharem-se a juba de um leão para simbolizar o leão conquistador da tribo de Judá, os rastafaris amparam-se no capítulo dezenove, versículo dezessete do livro Levítico, que diz: “Não cortareis o cabelo, arredondado os cantos da vossa cabeça, nem danificareis as extremidades de tua barba”. Usam maconha (Kaya) entendida por eles como uma forma de diálogo com *Jah*, Deus da religião rastafari. Organizam reuniões religiosas onde refletem sobre os versículos bíblicos através de músicas e cânticos (LOPES, 2004, p.559-560).

Em fins dos anos cinquenta e início da década de 1960, paralelo ao processo de independência da Jamaica (1962) há uma conversão massiva da juventude jamaicana a religião rastafari a qual dá início a uma violenta perseguição, pois, como a religião rastafari entendia o mundo euro-ocidental e suas práticas como oriundos da Babilônia eles abstinham-se de quaisquer práticas que os ligassem a ela. Nesse sentido, o fato de os rastafari não participarem do processo do sufrágio, tornava-se um grave problema quando se considerava as primeiras eleições em uma Jamaica pós-independente. Assim, a perseguição policial organizada pelo governo colonial britânico em 1954, além de destruir a comunidade *rastafari the Pinnacle*, repudiou toda e qualquer forma de representação que estivesse associada a tais práticas religiosas (WHITE, 2008).

Com a fusão dos ritmos *calipso* (jamaicano), *rock'n roll* e *soul music* (americanos) e o advento da música *reggae* entre o fim dos anos sessenta e início da década de 1970, não só o novo ritmo jamaicano, bem como a religião rastafari e o pan-africanismo religioso

¹³ Aportuguesamento do nome *Asante*, pelo qual são conhecidos uma região e um grupo étnico da república do Gana na África ocidental (Cf. LOPES, 2004, p.82).

amalgamado aos discursos garveistas cantados nas letras de *Bob Marley* (WHITE, 2008), seu principal difusor, ganham uma visibilidade internacional jamais presenciada no mundo negro diaspórico. Logo, é interessante perceber que embora as bases do *pan-africanismo religioso* tenham sido plantadas na primeira metade do século passado, somente no último quartel do mesmo século, a utilização da religião como uma estratégia de constituição de um estado pan-africano alcança o reconhecimento internacional.

George Padmore, Kawame N’Kruma e o Pan-africanismo socialista

Nascido em Tacariga, Trinidad e Tobago (1902-1959), George Padmore era o pseudônimo pelo qual atendia Malcolm Ivan Meredith Nurse (LOPES, 2004, p.506-507). Migrado para os Estados Unidos na primeira metade do século XX, a vida política de Padmore foi um reflexo das tensões existentes entre as vertentes políticas que influenciaram os pensadores africanos e da diáspora no século XX (FINCH; NASCIMENTO, 2009, p.48). Após a sua chegada aos Estados Unidos, Padmore identificou-se com a ideologia comunista sendo posteriormente transferido para Moscou com a incumbência de administrar o Departamento Comunista de Propaganda e Organização do Povo Negro, onde evidenciou sua competência e capacidade de liderança tornando-se o mais conhecido e creditado agitador e defensor dos movimentos de libertação da África (JAMES, 2000, p.350).

Em 1935, a formulação da política externa tinha definido que Inglaterra e França podiam ser consideradas como “imperialismos democráticos”, separando-se do Japão e da Alemanha que, de acordo com a interpretação do corpo diplomático russo, compunham o “eixo fascista”. Esse posicionamento diplomático russo pôs a prova todos os esforços realizados por Padmore em favor da libertação dos países africanos, já que, nem o Japão, nem a Alemanha possuíam colônias na África (JAMES, 2000, p.350). A postura da política externa russa explicitou as contradições da ideologia comunista frente aos países capitalistas, assim como, questionou, radicalmente, a possibilidade de utilização do comunismo como uma estratégia de para libertação dos países africanos. Padmore percebeu que mesmo os intelectuais marxistas sendo aliados do movimento negro internacional, estes não realizavam ações específicas de combate ao racismo e ao

preconceito racial em favor das populações africanas, temendo provocar “divisões” no interior da classe operária (JAMES, 2000, p.350).

Outra decepção de Padmore foi compreender que o neocolonialismo, principal obstáculo no caminho da libertação dos países africanos, era secundarizado pela política externa russa, sendo utilizado como “massa de manobra” em favor dos seus interesses econômicos e dos interesses de alianças políticas. Nesse contexto, Padmore escreve uma profunda crítica - *Pan-africanism or comunism?* (PADMORE, 1956) - perguntando qual seria a melhor estratégia ideológica a ser adotada para a rápida descolonização do continente africano. Essa condenação assinala o rompimento definitivo de Padmore com o partido comunista soviético, transferindo-se para Londres, onde passou a viver de escritos jornalísticos não ganhando o suficiente para levar adiante as ações políticas, a qual tinha iniciado dentro do partido comunista soviético (JAMES, 2000, p.350).

Em Londres, Padmore redigiu livros, panfletos, frequentou diversas reuniões de organizações anti-imperialistas, fez discursos e levou adiante o quanto pôde a causa da libertação dos países africanos. Organizou redes de contato com inúmeros nacionalistas no continente africano e em outras partes do mundo. Pregou e ensinou pan-africanismo constituindo um escritório, além de fundar e editar um periódico dedicado a causa da libertação africana. Por questões de tempo e espaço, não há condições de descrever aqui as ações realizadas pelo escritório de Padmore, mas deve-se destacar sua singularidade como a única organização africana em plena atividade no período entre as duas guerras. Dos sete componentes que dirigiam o escritório, cinco eram das índias ocidentais, sendo que naquela altura, apenas Padmore não conhecia o continente africano.

A estraneidade geográfica não impediu, por outro lado, que os laços entre N’kruma – na ocasião, estudante de direito em Londres – e Padmore fossem estreitados a ponto de transferirem o escritório para a antiga Costa do Ouro (atual Gana) e organizarem as estratégias que culminariam com Nkruma dirigindo a libertação do primeiro país da África subsaariana a alcançar a independência (JAMES, 2000, p.350). Padmore morreu em 1959 e na cerimônia de suas exéquias, oito países enviaram representantes a seu funeral em Londres e, posteriormente, suas cinzas foram enviadas a Gana. Cabe destacar que, no país das expressões e reivindicações políticas, não tenha havido manifestação política de tamanha envergadura como houve na de Padmore. Camponeses os quais não se tinha informação de que tivessem conhecimento das atividades do líder, viajaram até Acra (capital de Gana) para prestar uma última

homenagem ao negro das Índias Ocidentais que dedicara sua vida para libertação do povo africano (JAMES, 2000, p.350).

N'Kruma e o governo pan-africano socialista

Nascido Francis *Nwia-Kofi Ngonloma*, em 21 de setembro de 1909 e depois da independência renomeado *Osagyefo* (vitorioso) Kawame Nkruma, adquiriu educação católica, dirigindo-se, posteriormente, para fazer cursar o ensino superior nos Estados Unidos e na Inglaterra. Iniciando seus estudos em uma escola, *Achimota School*, frequentada pelos filhos da elite ganense, N'Kruma frequentou o seminário Católico Romano, ensinando depois em uma escola católica em *Axim*. Dirigiu-se aos Estados Unidos em 1935 para cursar o bacharelado na Lincoln University, Pensilvânia, onde em 1939 iniciou outra graduação na Fraternidade *Fi Beta Sigma*, onde adquiriu o bacharelado em teologia e um mestrado em educação na Pensilvânia University.¹⁴

Quando estudante de graduação N'Kruma teve uma experiência como roteirista de teatro dando início a sua produção acadêmica, publicando ensaios e artigos sobre o governo colonial na África no jornal estudantil *The Lincolnian*. Em 1943, na mesma instituição, obteve outro mestrado em filosofia. Destacado orador e analista político foi eleito presidente da Organização dos Estudantes Africanos dos Estados Unidos e do Canadá.¹⁵ Nos Estados Unidos Kruma proferiu palestras nas igrejas presbiterianas negras da Filadélfia e Nova York. Realizou tutoria, estudando religião e política.

Nkruma deparou-se com o pensamento pan-africano de tendência garveista conhecendo George Padmore antes de se dirigir para Inglaterra. Em 1943, Nkruma lançou as bases de sua militância socialista ao entrar em contato com os marxistas C.L.R.James (Trinidade e Tobago), o exilado russo Raya Dunayevskaya e o sino-americano Grace Lee Boggs, que eram membros de um grupo de intelectuais trotskistas radicados nos Estados Unidos. Chegando a Londres em 1945 com a pretensão de estudar na escola londrina de estudos econômicos (London School Economics), Nkruma reencontra Padmore onde, juntos, passam a compor a comissão organizadora do V Congresso Pan-africano.¹⁶

¹⁴ <http://www.ghanaweb.com/GhanaHomePage/people/person.php?ID=177>

¹⁵ <http://www.ghanaweb.com/GhanaHomePage/people/person.php?ID=177>

¹⁶ Idem.

Essa reunião, ao concretizar-se na prática, segundo o próprio Nkruma, representou o apogeu da maturidade do pensamento pan-africano, assim como, do nacionalismo africano, logo:

O pan-africanismo e o nacionalismo africano receberam uma expressão verdadeiramente concreta no V Congresso Pan-africano, que se reuniu em Manchester, em 1945. Pela primeira vez, insistia-se na necessidade da existência de movimentos bem organizados e firmemente unidos, como condição do sucesso da luta pela libertação nacional em África. Este congresso reuniu mais de 200 delegados do mundo inteiro. George Padmore e eu próprio fomos secretários da comissão de organização que traçou o plano do congresso, e ficamos bastante satisfeitos com os resultados do nosso trabalho [...] (NKRUMAH, 1977a, p.153).

Dessa reunião sairá às diretrizes que nortearam às independências do continente africano com Nkruma ampliando a ideia garveista da construção dos Estados Unidos da África, inserido o socialismo como um novo componente, constituindo assim, um “novo” projeto de construção dos Estados Unidos da África Socialista, como concluiu Nkruma em seu livro *a luta de classe em África* (KWAME, 1977, p.107). Naquele contexto, o dirigente africano explicitou o espaço de protagonismo ocupado pelos revolucionários do mundo negro na descolonização e na concretização do projeto mencionado, bem como, as condições para a satisfação dos africanos em âmbito mundial, assim:

O objetivo principal dos revolucionários do mundo negro deve ser a libertação e a unificação totais da África sob a direção de um governo pan-africano socialista. É um objetivo que satisfará as aspirações dos povos africanos em todo o mundo (NKRUMAH, 1977b, p.107).

Após retornar a Costa do Ouro (1947) e fixar as bases para o início da descolonização, Nkruma foi solicitado para ocupar o cargo de Secretário Geral da Convenção da Costa do Ouro (UGCC), dirigido por Joseph B. Danquah (FINCH; NASCIMENTO, 2009) que, na altura, já havia aberto caminhos para a independência. Um ano depois da chegada de Nkruma uma manifestação de ex-militares que reivindicavam melhoria de vida para população, resultou na morte de alguns militares e na prisão de Nkruma por parte do governo colonial por suspeitas de seu envolvimento. Após apurarem o não envolvimento de Nkruma com os motins o governo britânico

decide libertá-lo, assim, ao sair da prisão Osagyefo é transformado no referencial de luta contra a dominação colonial na Costa do Ouro.¹⁷

O Pan-africanismo e a libertação africana

A trajetória da ideologia pan-africana como “coluna vertebral” da libertação africana destaca-se no período entre 1950-1965 a partir das ações do dirigente político Kwame Nkruma. Através de suas atitudes políticas, Nkruma, introduziu no meio político africano a ideia da unidade africana. Para esse dirigente, *a conquista da independência de Gana não tinha sentido senão na perspectiva de uma libertação completa do continente africano* (KODJO; CHANAIWA, 2010, p.900). Nesse sentido Nkruma pensou e organizou inúmeras reuniões pan-africanas. Dessa maneira, essas reuniões foram celebradas na primeira Conferência de Estados Africanos Independentes, realizada em abril de 1958 na capital de Gana independente, Acra.¹⁸

Estavam presentes a essa reunião com seus respectivos representantes os países, Egito, Etiópia, Gana, Libéria, Marrocos, Sudão e Tunísia, assim como, um número significativo de delegados que haviam participado, em 1945, do V Congresso Pan-africano de Manchester, na ocasião, organizado pelo próprio Nkruma. Na pauta dessa reunião foram colocadas questões como: relação entre os países africanos independentes, o apoio aos movimentos de libertação africana, relação entre a África independente e as Nações Unidas, assim como, a tentativa de resolução que envolvia os países africanos nas disputas da Guerra Fria. Logo, é importante destacar que essa reunião foi importante para identificar as temáticas mais importantes às quais o projeto político pan-africano se debruçaria no contexto das independências.¹⁹

Durante o contexto das independências na África, a ideia do pan-africanismo advogada por Nkruma criou condições propícias para que dirigentes políticos africanos e movimentos de libertação pudessem dialogar, discutir e estabelecer estratégias de luta que pudessem ser adotadas para fazer avançar o processo das independências na África. Imprescindível mencionar que na reunião de Acra, em 1958, Nkruma conseguiu reunir cerca de 250 delegados e vários observadores. Além dos temas mencionados anteriormente, compuseram a pauta temas como: anticolonialismo, anti-imperialismo,

¹⁷ <http://www.ghanaweb.com/GhanaHomePage/people/person.php?ID=177>

¹⁸ Depois que a Costa do Ouro se tornou independente, passou a ser identificado como Gana, país o qual se localiza na costa ocidental da África, sendo Acra. Sua capital.

¹⁹ <http://www.ghanaweb.com/GhanaHomePage/people/person.php?ID=177>

antirracismo, unidade africana e o não alinhamento. Discutiui-se a questão das fronteiras coloniais, as organizações regionais, o papel dos chefes tradicionais e dos chefes de movimentos religiosos separatistas (KODJO; CHANAIWA, 2010, p.912).

A diversidade étnica e política dos participantes dessa reunião é um ponto que não deve passar despercebido, pois, havia homens políticos e sindicalistas africanos vindos de estados independentes ou de colônias de língua inglesa, francesa, portuguesa e árabe que, naquele contexto, puderam fortalecer relações ideológicas e pessoais, como por exemplo, o encontro de Nkruma e do delegado do Congo-belga Patrice Lumumba. Dentre as inúmeras reuniões organizadas pelos partidários que advogavam a ideia de unidade pan-africana, duas organizações pan-africanas regionais foram criadas com a finalidade de coordenar a luta pela descolonização do continente. A primeira delas foi o *Pan-african Freedom Movement for Eastern, Central and Southern Africa*, atendendo pela sigla PAFMECSA que agrupou no seu interior entre 1958 e 1963, Etiópia, Quênia, Uganda, Somália, Tangânica, Zanzibar e os movimentos de libertação da África central e austral (KODJO; CHANAIWA, 2010, p.913).

A segunda organização, transterritorial, Reunião Democrática Africana (RDA) teve sua origem nos países africanos de colonização francesa como resultado do Congresso de Bamako (Mali) em 1946. Esta organização foi construída pelos dirigentes africanos nacionalistas que desejavam transpor os limites da autonomia imposta pela constituição francesa de 1946, autonomia essa, que foi consolidada pela lei quadro em 1956. Em 1958, o presidente Charles De Gaulle construiu as condições para que fosse aprovado através de referendo um projeto para diminuir a ânsia libertária das colônias francesas que começavam a questionar o domínio colonial. Dessa forma, surgiu o que seria a Comunidade Franco-Africana que, por sua vez, subdividia-se em África Equatorial Francesa (A.E. F) e a África Ocidental Francesa (A.O. F) (KODJO; CHANAIWA, 2010, p.913).

O objetivo do projeto era substituir o processo de independência total e radical nos países de colonização francesa, por autonomia, a partir da construção de uma tribuna onde os dirigentes políticos africanos pudessem discutir benefícios, vantagens e inconvenientes perante o governo francês. Naquele contexto, somente a Guiné Conakri dirigida por Sekou Turê que, como Nkruma, defendia a ideia da unidade pan-africana, se posicionou contra o projeto de comunidade e a favor de uma independência total. Logo, a cisão de Sekou Turê com a Comunidade Franco-Africana, assim como, as divergências

de Nkruma com o grupo de Monróvia abriu os precedentes para um dos capítulos mais nefastos da História da África contemporânea com o desencadeamento de sucessivos golpes de estados, assassinatos políticos, bem como, a eliminação do projeto de unidade pan-africana (KODJO; CHANAIWA, 2010, p.900).

A eliminação da unidade pan-africana: os golpes de estado e os assassinatos políticos

Ao dar início à compreensão do processo político no qual inúmeros golpes de estado e assassinatos políticos foram desencadeados, uma observação deve ser feita, a saber: parte significativa dos dirigentes políticos africanos “nacionalistas” que protagonizaram as independências de seus respectivos países a partir de 1960, opôs-se ao projeto pan-africano de unidade continental. Muitos dirigentes, por opção própria ou pelo contexto interno de seus países, optaram dar continuidade às relações colônias que foram ressignificadas como neocoloniais. Assim, ao conseguirem sua soberania nacional os países africanos independentes dividiram-se em dois grupos (MOORE, 2010, p.76).

O primeiro grupo foi constituído por chefes de estado subservientes aos interesses neocoloniais das antigas metrópoles ocidentais e norte-americanas, era denominado grupo de *Monróvia*. Esse grupo defendia a continuidade das relações de submissão entre metrópole e colônia. O segundo grupo, composto pela minoria dos presidentes africanos – porém, líderes que possuíam mais influência política – foi construído em torno dos países mais radicalmente anti-imperialistas, são eles: Gana, Guiné-Conakri, Mali, Egito e Marrocos. Juntos, esses países consolidaram o grupo de *Casablanca* que defendia o rompimento incondicional com as metrópoles neocoloniais, assim como, advogam pela defesa do projeto de unidade pan-africana (MOORE, 2010, p.77).

Além da unidade continental, o grupo de *Casablanca* defendia a luta armada contra o imperialismo e o regime de segregação da África do Sul e a constituição de um governo federal para toda África. O projeto de unidade pan-africana se transformou em uma tênue linha que demarcou, por um lado, os líderes mais coerentes e que defendiam os interesses das populações africanas e por outro, os dirigentes que tinham a função de colocar em prática sua subserviência na defesa dos seus próprios interesses e das respectivas “ex-metrópoles” neocoloniais. Desse modo, tornou-se nítida a linha que dividia a África politicamente, em líderes neocolonialistas (os do grupo de Monróvia) e

os líderes progressistas pan-africanos (os do grupo de Casablanca) (MOORE, 2010, p.77).

Esses dois grupos decidiram fazer um consenso entre as suas visões radicalmente opostas em 1963, em Adis Abeba, capital da Etiópia para criar a organização que daria voz aos interesses compartilhados. Denominada Organização da Unidade Africana (O.U.A) essa instituição foi renomeada em 2002 como União Africana. Considerando que o grupo de Monróvia possuía o maior número de dirigentes africanos que não coadunavam com o projeto da unidade pan-africana, a Organização da Unidade Africana se transformou, desde o início, em uma reunião de chefes de estado que se limitavam a realização de pomposas reuniões solenes, a resolução de problemas burocráticos e amenizar as “crises” que surgiam de tempos em tempos entre os países que faziam parte daquela aglutinação (MOORE, 2010, p.78).

Com o passar do tempo, a Organização da Unidade Africana resumiu-se a um arranjo burocrático, dispendioso e ineficiente que possibilitou aos “líderes africanos” puderem ser apresentados para o mundo como um “grupo unido”, quando na verdade, a O.U. A, por ter a maioria de partidários pertencentes ao grupo de Monróvia, converteu-se em uma marionete em mãos dos dirigentes políticos neocolonialistas e das elites africanas comprometidas em vilipendiar os recursos do continente africano. Muitos desses líderes tiveram seu poder e sua influência consolidados sobre o estímulo de antigos ódios tribalistas nos estratos mais retrógrados de seus respectivos países. Desse modo, não podemos nos esquecer de que muitos desses dirigentes africanos perpetuaram-se no poder estabelecendo ditaduras de partido único (MOORE, 2010, p.78).

É importante perceber a longa durabilidade no poder, dos líderes africanos os quais tem a função de servir como mediador do monopólio das fontes de riqueza que poderiam está sendo usadas pelas próprias populações africanas no desenvolvimento do continente. Eis alguns dos dirigentes que se eternizaram no poder: Hailê Selassiê (Etiópia), 44 anos no poder (1930-1974); El Hajj Omar Bongo (Gabão), 40 anos no poder, (1967-2007); Étienne Gnassingbé Eyadema (Togo), 38 anos no poder (1967-2005); Joseph Dèsirè Mobutu (República Democrática do Congo – RDC), 37 anos no poder (1960-1997); Félix Houphouët-Boigny (Costa do Marfim), 33 anos no poder (1960-1993). Cabe ressaltar que essas são apenas algumas das ditaduras de partido único a que foram convertidos os “antigos líderes” e as quais se expandiram para uma parte significativa do continente africano (MOORE, 2010, p.79).

Já os líderes que comungavam do projeto de unidade pan-africana e colocaram-se contra a espoliação do continente africano por parte das potências neocoloniais num período entre 1957 – início da independência do continente africano a partir da descolonização Costa do Ouro, atual Gana – até 1987, data do assassinato do “último” dirigente pan-africanista, Thomas Sankara no Burkina Faso, cerca de trinta e cinco (35) líderes, todos, ou foram assassinados ou depostos. O assassinato desses chefes de africanos, além de eliminar o projeto político da unidade pan-africana, subtraiu do continente a mais importante e talentosa a intelectualidade do período da descolonização. Dessa maneira, os dirigentes assassinados foram substituídos por ditaduras de partido único, representantes dos poderes neocoloniais.

É importante mencionar o nome de homens e mulheres que foram assassinados no ápice de suas contribuições políticas nas lutas pela descolonização cujo suas respectivas mortes representaram a eliminação de um projeto político que tinha como objetivo, levar o continente africano na direção do desenvolvimento, a saber: Dedan Kimathi (Quênia), assassinado pelos ingleses em 1957; Ruben Um Nyobe (Camarões), assassinado pelo serviço secreto francês em 1958; Barthelemy Boganda (República Centro Africana), assassinado pelo serviço secreto francês em 1950; Félix-Rolant Moumié (Camarões), assassinado em 1960; Jean-Pierre Finant (Congo-Kishasa), assassinado em 1961; Joseph Okito (Congo-Kishasa), assassinado em 1961; Maurice Mpolo (Congo-Kinshasa), assassinado em 1961, Patrice Lumumba (Congo-Kinshasa), assassinado em 1961; Sylvanus Olympio (Togo), assassinado em 1963; Pio Gama Pinto (Quênia), assassinado em 1965; Mehdi Bem Barka (Marrocos) assassinado em 1965; Ossende Afana (Camarões), assassinado em 1966; Pierre Mulele (Congo), assassinado em 1968; Eduardo Mondlane (Moçambique), assassinado em 1969; Ernest Ouandié (Camarões), assassinado em 1971; Ange Diawara Bidie (Congo-Brazzavile), assassinado em 1972; Jean-Baptiste Ikoko (Congo-Brazzavile), assassinado em 1972; Outel Bono (Chade), assassinado em 1973; Amílcar Cabral (Guiné-Bissau\ Cabo Verde), assassinado em 1973; Onkgopotse Tiro (África do Sul), assassinado em 1974; Hebert Chitepo (Zâmbia), assassinado em 1975; Josiah Karuiki (Quênia), assassinado em 1975; Murtala Mohamed (Nigéria), assassinado em 1976; Stive Biko (África do Sul), assassinado em 1977; Joe Gqabi (África do Sul), assassinado em 1981; Ruth First (África do Sul), assassinada em 1982; Attati Mpakati (Zimbábue), assassinado em 1983; Samora Machel

(Moçambique) assassinado em 1986; Thomas Sankara (Burkina Faso), assassinado em 1987 (MOORE, 2010, p.81).

Os dirigentes políticos africanos que não foram assassinados e chegaram ao poder democraticamente, foram privados de seus cargos após violentos golpes de estado, como no caso de Kwame Nkruma, deposto em 1966; Modibo Keita (Mali), deposto em 1977; Alphonse Massamba-Debat (Congo-Brazzaville), deposto em 1977, entre outros. É importante pontuar como os sucessivos assassinatos políticos e golpes de estado mudaram drasticamente a direção do processo independentista do continente africano que, além de pulverizar o projeto de unidade pan-africana, impôs consequências políticas que tem continuidade na África contemporânea (MOORE, 2010, p.83).

Considerações finais

O objetivo desse artigo foi fazer uma retrospectiva na trajetória da ideologia de unidade pan-africana destacando seus principais pensadores, demonstrando a existência de diversas vertentes políticas no interior da ideia de pan-africanismo e como cada pensador concebeu, ao seu tempo, a “melhor” estratégia de como aglutinar as populações da diáspora para a consolidação da unidade do pan-africana. Após acompanharmos a trajetória dessa ideologia, percebe-se seu amadurecimento político, assim como, sua transformação em “ideologia central” do processo de descolonização do continente africano. Nota-se que a ideologia do pan-africanismo foi entendida por alguns dirigentes africanos, mais como uma ideologia de libertação do que como um projeto de libertação. Um dos objetivos desse artigo é perceber, como os golpes de estado direcionados aos dirigentes africanos que advogavam o projeto da unidade africana, além de eliminar o projeto de integração que tinha como objetivo, conduzir o continente africano na direção do desenvolvimento, transformou-se numa sucessão de ditaduras de partido único. A ascensão dos governos ditatoriais durante o processo de descolonização do continente africano pode ser usada como ponto de partida para a compreensão das relações existentes entre as descolonizações e a África contemporânea.

Referências

ANFRAY, F. A civilização de Axum do século I ao século VII. In: MOKHTAR, Gamal (Org.). **História Geral da África**. Brasília: UNESCO, 2010, p.430-452. (Vol.II – África antiga)

CHEVANNES, Barry. **Rastafari: roots and ideology**. New York: Syracuse University Press, 1994.

DECRAENE, Philippe. **O Pan-Africanismo**. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1962.

FINCH, Charles S; NACIMENTO, Elisa Larkin, I.N. de (Org). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. Vol.4. São Paulo: Selo negro, 2009.

GARVEY, Amy Jacques. **Garvey and Garveysm**. Londres: Collier-MacMillan Ltd, 1963\1968.

NKRUMAH, Kwame. **A África deve unir-se**. Lisboa: Ulmeiro, 1977a.

_____. **A Luta de classes em África**. Lisboa: Livraria Sá da Costa editora, 1977b.

JAMES, C.L.R. **Os jacobinos negros: Toussaint L'ouverture e a revolução de São Domingos**. São Paulo: Boitempo, 2000.

KODJO, Edem; CHANAIWA, David. Pan-africanismo e libertação. In: MAZRUI, Ali. A (Org.). **História Geral da África**. Brasília: UNESCO, 2010, p.909-936. (Vol.VIII – África desde 1935).

LOPES, Ney. **A enciclopédia da diáspora africana**. São Paulo: Selo negro, 2004.

M'BOKOLO, Elikia. **África negra: história e civilizações**. Salvador/São Paulo: Edufba/Casa das Áfricas, 2011. Tomo II (Do século XIX aos nossos dias).

MOORE, Carlos. **África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro**. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

PADMORE, George. **Pan-africanism or communism?: The Coming Struggle for Africa**. London: Dennis Dobson, 1956.

WHITE, Timothy. **Queimando Tudo: a biografia definitiva de Bob Marley**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

Internet

<http://www.bu.edu/missiology/missionary-biography/a-c/blyden-edward-wilmot-1832-1912/>

<http://biography.yourdictionary.com/edward-wilmot-blyden>

<http://www.ghanaweb.com/GhanaHomePage/people/person.php?ID=177>

Recebido em: 14 de dezembro de 2015.

Aprovado em: 12 de maio de 2016.